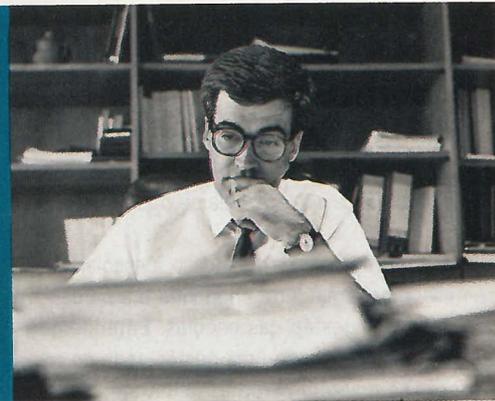


COM UM BRILHO NOS OLHOS



E difícil não se ficar entusiasmado ao ouvi-lo falar. Sabe do que fala e articula, com alma, ideias novas e empolgantes que esgrime com uma sinceridade avassaladora e um ânimo inabalável. Temos Homem. Neste caso, temporariamente, secretário de Estado. Aos trinta e sete anos, **Joaquim de Azevedo**, historiador de formação e «cientista da Educação» por paixão, aterrou na Secretaria de Estado do Ensino Básico e Secundário, depois do furacão protagonizado pela equipa de Diamantino Durão. Trazia na bagagem o crédito de ter relançado em Portugal o Ensino Técnico-Profissional e a experiência, um trajecto intenso que não «queimou» etapas. Por ele passa, actualmente, o caudal principal da Reforma Educativa.

De estudante a governante, qual o fio condutor? Quais as motivações que o levaram a ter uma intervenção mais activa na esfera da política educativa?

Isto parte tudo dos movimentos estudantis católicos onde me empenhei desde os 17 anos. Foi o tempo do estabelecimento das grandes bases, havendo aspectos da minha vida que aí se enraizaram e ganharam consistência. Foram cinco ou seis anos de reuniões permanentes, semanais, em que o confronto da vida quotidiana com os ideais do Evangelho se fazia, se amassava, se refazia, num permanente vaivém entre o que é o quotidiano, as suas grandezas e fraquezas e o que são os ideais pelos quais lutamos e que nos fazem viver com algum brilho nos olhos.

É este confronto que nos ajuda a viver, a situar no mundo, a construir uma forma de estar na vida. Penso que a partir daí nunca perdi, por um lado, a opção profissional pela área da educação e por outro lado, uma opção preferencial por aqueles que mais precisam de apoio, os pobres das nossas sociedades modernas. O fio condutor em grupo, com outros jovens e contido num processo lento de confronto comigo e com os outros. As áreas sociais da intervenção política são, por isso, o nicho onde me realizo profissionalmente.

E a experiência como professor?

O exercício da profissão docente é apaixonante do ponto de vista humano. Trata-se de crescer com outros (porque os professores também se educam e se desenvolvem), de criar oportunidades de desenvolvimento de outras pessoas e ajudar a desabrochar personalidades novas e autónomas. É um quotidiano apaixonante, cheio de pequenas e grandes dramas e ocasiões de felicidade. Senti isso na minha experiência como professor. Sempre gostei de dar aulas tendo trabalhado com níveis etários diferentes.

No seu trajecto teve depois responsabilidades de direcção escolar...

Fui presidente de um conselho directivo durante quatro anos e foi uma experiência extremamente útil de enraizamento num contexto muito concreto, de confronto com os ideais pelos quais lutávamos enquanto estudantes. Que escola estava perante nós, que escola era possível construir diferentemente? Foi também uma experiência interessante de confronto muito real com as contingências, as dificuldades, os contextos adversos. Tínhamos uma escola a cair, num antigo palácio e procurámos ter instalações condignas. Mudámos depois para uma escola nova. Havia uma taxa de quase 40 por cento de abandonos entre a 4.ª classe e o 5.º ano de escolaridade. Conseguimos reduzi-la brutalmente nos anos seguintes, nomeadamente criando oficinas no seio da escola.

Depois passei à Comissão de Coordenação da Região do Norte, onde aprendi muito e desenvolvi um trabalho interessante ao nível regional: permiti-me situar o problema da educação no seu devido lugar, isto é, como uma parcela dos contributos que podem ser dados ao desenvolvimento integrado de uma sociedade. Mais tarde, em 1986, surgiu o convite para participar na Comissão de Reforma do Sistema Educativo, cujo trabalho de dois anos e meio foi uma belíssima oportunidade para pensar, em equipa toda a problemática do sistema educativo português.

Na altura havia um certo entusiasmo e criaram-se uma série de expectativas em relação à Reforma. O entusiasmo inicial parece ter esmore-

cido. Só agora se volta a falar dela. Não haverá um certo desencanto face às enormes expectativas então geradas?

Bom, há aqui momentos diferentes. Na fase de preparação da reforma houve um grande debate público por todo o País e isso gerou uma expectativa positiva em torno do seu lançamento. Foi entre 86 e 88. Houve outra fase a seguir entre 88 e 91 que foi uma fase de concepção e experimentação dos novos modelos: novos currículos, autonomia das escolas, novo modelo de gestão, estatuto de carreira docente. Foi um tempo mais voltado para a experimentação controlada das novas medidas. Em 92 há o salto para aquilo que nós designamos por «fazer a reforma em cada escola». Foram fases por que se teve de passar necessariamente. Adoptou-se uma estratégia de gradualismo e de experimentalismo na aplicação da reforma. Este ano será o da generalização de grande parte das medidas tomadas, como estava previsto. É natural que agora se volte a pôr publicamente a questão com maior acuidade. Hoje é com os professores, os pais, os alunos e as autarquias que nós temos de levar por diante a reforma em cada escola. Já não há mais preparativos, experiências ou adiamentos...

Quais as linhas de força deste terceiro ciclo da reforma?

Por um lado, a generalização clara de uma escolaridade de nove anos, que queremos pautar pela qualidade. O País nunca apostou verdadeiramente numa escolaridade de nove anos, até porque temos ainda dominante a referência cultural escola primária de quatro anos. Fomos desenvolver paulatinamente uma escolaridade de seis anos e hoje ainda não temos bem claro, do ponto de vista social e cultural o que é isto de uma escolaridade de nove anos. Esta é uma questão essencial. Trata-se de uma escolarização universal, obrigatória e gratuita de todos os cidadãos. Que sentido faz hoje mantermos 1/3 dos cidadãos afastados do acesso a este benefício social fundamental?

E para contrariar essa realidade o que se propõe fazer?

Eu, nada. O senhor ministro Couto dos Santos defi-

nia com a sua equipa duas prioridades: o reordenamento da rede escolar (para quebrar o isolamento em que continuam as cerca de duas mil das oito mil escolas primárias existentes) e o apoio à alteração das práticas educativas. Está aqui, na alteração das práticas pedagógicas, um dos nervos da reforma educativa, onde ela se pode perder ou ganhar.

Além da univulgarização do acesso à escolaridade de nove anos, uma outra prioridade é a mudança da direcção e gestão das escolas. Entendemos que devemos passar de uma gestão onde os professores se mantêm corporativamente isolados, para uma gestão mais participada, alargada a outros intervenientes no processo educativo. Estamos muito empenhados nessa mudança e pensamos alargar esse novo modelo a todo o País, nos próximos três anos.

Uma terceira grande prioridade é a formação contínua dos professores. Nenhuma inovação se traduzirá em melhoria qualitativa real se não houver aqui um profundo envolvimento dos professores e a formação contínua tem aí um papel insubstituível. Vai haver investimentos sem precedentes nos próximos três anos.

Há uma quarta grande prioridade que é a aplicação dos novos planos curriculares sobretudo na medida em que aí estão em jogo algumas inovações nas metodologias de ensino e aprendizagem.

Uma quinta prioridade é a informação e participação das pessoas. Há uma falta de informação incrível em todo o País e em todos os agentes, mesmo nos professores, acerca daquilo que são as grandes linhas da reforma educativa, das prioridades concretas, dos programas, dos projectos. Essa falta de informação generalizada é fortemente desmotivadora da participação.

Não é aqui na Av. 5 de Outubro, que se joga a melhoria da qualidade do sistema, mas nas escolas, em cada escola. Estamos a produzir materiais de informação para todos os professores, pais e alunos. Queremos que eles participem nas várias instâncias. Para que as pessoas possam elas próprias influenciar o próprio rumo da reforma, em cada escola.

Tudo isso pressupõe uma forte aposta na autonomia das escolas. Que meio para a assegurar?

Estamos a preparar um sistema de incentivos à autonomia e à qualidade. A autonomia significa que a decisão tem de ser das escolas. A autonomia não pode ser entendida como uma benesse legal. É um processo fruto de uma conquista concreta dos agentes locais e das próprias escolas. Ainda agora acabámos de transferir mais competências dos serviços centrais e regionais para as escolas. O sistema de incentivos criará as condições para o reforço da formação dos professores e será um apoio às iniciativas concretas que visam introduzir mais qualidade na educação.

A reforma implica alterações importantes na avaliação. Hoje, estuda-se para os testes e para a nota. Os professores «dão» as matérias em função daquilo que irá sair nos exames. E, depois dos exames, «é para esquecer»...

Houve, de facto, uma focagem excessiva, nas últimas décadas, no ensino e no que se ensina, na avaliação. Hoje, há uma certa recentragem em torno do aprender. Todo o sistema educativo deve estar ao serviço da aprendizagem: é preciso que se aprenda e é preciso que se aprenda cada vez melhor. Tem de haver melhor ensino, para que haja melhor aprendizagem. Todo o sistema se tem de reorientar em função deste objectivo essencial: que todos aprendam e aprendam melhor. Isto parece muito simples, mas significa inverter muitas práticas. O novo regime de avaliação do ensino básico liberta-se da lógica selectiva e adopta uma postura promocional de todos os portugueses.

Mau grado todas as iniciativas tomadas, continua a haver uma grande desconfiança dos pais e da sociedade em relação à escola. Como é que isso pode ser combatido? E como pode ser diminuído o abandono escolar que leva tantas vezes ao ingresso prematuro no mercado de trabalho?

O trabalho infantil acontece fundamentalmente por razões de carácter económico. Quando um pai ou uma mãe de um miúdo do Vale do Ave o coloca a trabalhar fá-lo por duas razões principais: por um lado porque precisa, isto é, o complemento do vencimento do miúdo é necessário para o orçamento da família e, por outro lado, fá-lo porque, em termos culturais, o seu horizonte não lhe permite ver no investimento educacional uma melhoria significativa do rendimento futuro do miúdo e do próprio rendimento da família.

Há um desencanto na procura social da educação, sobretudo a partir dos níveis básicos porque há uma certa descrença, no valor social dos diplomas, no valor das credenciais escolares. Os próprios empregos tendem a encontrar-se não por essa via, mas muito mais pelo relacionamento pessoal, por conhecer «alguém que», por ter «um amigo que». Os estudos sobre a inserção dos jovens no mercado de emprego têm evidenciado que o factor mais importante da inserção de um jovem é o relacionamento pessoal com o empregador, muito mais do que o diploma. E mesmo ao nível remuneratório — a não ser no caso do ensino superior — o que intervém mais decisivamente não são as credenciais, os diplomas...

Quer isso dizer que a escola fracassou?

Em muitos aspectos o sistema tem de mudar e de se actualizar. O contrato social entre as expectativas da população e aquilo que a escola oferece está, em alguns casos, rompido. É preciso encontrar formas de fomentar novos contratos sociais, se é que isso é benéfico para o desenvolvimento





da sociedade. E eu penso que sim. Hoje, assiste-se, em todo o mundo, a um esforço gigantesco em ordem às mudanças qualitativas do sistema educativo, desta roda que gira, gira, mas que se mantém praticamente no mesmo sítio. É a grande dificuldade de ultrapassar todos os constrangimentos dos saberes em disciplinas, das escolas organizadas em aulas de 50 minutos...

A escola forma...

... da escola formal sim, quase incapaz de se repensar no contexto de uma sociedade em mutação.

A escola cria então respondedores estereotipados e não perguntadores inteligentes?

Penso que talvez seja exagero dizer isso, mas vê-se que há uma dificuldade de articular aprendizagem formal e informal. A escola tem muitas dificuldades em abrir-se ao mundo da aprendizagem informal, em quebrar os 50 minutos, em quebrar os saberes disciplinares e construir saberes interdisciplinares, partir de problemas em vez de disciplinas. Tomemos o exemplo da «área escola». Ela está construída como um momento de aprendizagem não estereotipado, não preestabelecido e pré-formado para todos os alunos e todas as escolas do País. Esta área curricular desenvolve-se de formas diversas, conforme os contextos e as necessidades, de acordo com uma matriz de 95 a 110 horas por ano, organizada consoante a duração dos projectos. Lembro-me de uma reportagem de um jornal escolar que relatava o entusiasmo dos estudantes pela «área escola». Os professores, sobre as mesmas experiências, falavam de modo profundamente desencantado, porque diziam que aquilo não era nada estruturado, que se perdiam, que era muito difícil porque precisavam de se reunir sistematicamente com os colegas para planificarem aulas...

Quer isso dizer que os alunos estão mais disponíveis para a reforma?

Penso que sim, principalmente no ensino secundário. Os jovens estão muito aptos a receber as mudanças que se irão introduzir este ano lectivo pois vão ao encontro de algumas das suas expectativas.

Uma reforma a pensar sobretudo nos alunos...

Nos alunos, no seu desenvolvimento, na sua formação como cidadãos. É para isso que existe o sistema educativo.

Que perspectivas então para a participação dos alunos no novo sistema de gestão das escolas?

No que diz respeito ao ensino secundário, a gestão corporativa dos professores deve dar lugar a uma gestão democrática, participada, onde também haverá estudantes na direcção das escolas. Não é apenas uma forma de ficarem a ouvir ou a darem a sua opinião quando são chamados a isso. Será a forma concreta de emitirem a sua opinião,

sempre que acharem necessário e terem capacidade real de intervenção na vida da escola. No novo modelo de gestão, há um órgão de direcção onde os alunos estão presentes, com os pais, os professores, as autarquias e os interesses sociais e económicos. Vamos dar muita atenção às 25 escolas onde irá decorrer o primeiro ano de aplicação deste novo modelo. Estamos a preparar um documento sobre o novo modelo de gestão, que vamos distribuir pelas associações de estudantes. Queremos que nas escolas se criem momentos de debate sobre estas novas oportunidades e que os estudantes se organizem para poderem participar.

Outra área em mutação diz respeito ao ensino profissional. Que avaliação faz das medidas tomadas neste domínio?

Hoje 20 por cento da população que estuda para além do 9.º ano fá-lo em vias técnicas e profissionais, quando em 1986 era pouco mais que 0 por cento. Fez-se um esforço gigantesco nos últimos seis anos que é hoje reconhecido pelos próprios jovens (que têm novas oportunidades de formação) e pelas empresas. No entanto, há alguns empresários responsáveis da administração pública que ainda desconhecem que existem 155 escolas profissionais e 210 escolas secundárias com ensino técnico. Falam da necessidade de se recuperar o velho ensino técnico e ignoram que Portugal dispõe de uma das melhores redes de oferta que existem na Europa comunitária.

Como é que o jovem é capaz de se situar no mundo e na vida de uma forma já relativamente autónoma?

Não será apenas pelas aprendizagens formais que realizou até aos 18 anos. A escola pode contribuir, em boa parte, para a aquisição de um *thesaurus* cultural vasto, assente em três esteios: uma boa capacidade de comunicação, o que implica um bom domínio das linguagens que estruturam o pensamento e a sua transmissão. Aí tem relevo o ensino das línguas, sobretudo a materna, e a matemática; em segundo lugar, uma sólida formação científica-tecnológica de base, em que o saber-fazer se cruzem; em terceiro lugar, uma capacidade real de se situar no mundo, na sociedade de hoje, saber procurar um emprego, saber participar activamente como cidadão e artífice do nosso mundo. Por tudo isto, é importante apostar-se na formação pessoal e social dos jovens, dos cidadãos-artífices. Tem de haver, na escola, lugar para o debate, o anúncio, as aprendizagens menos formais, para as inquietudes e para as interrogações medonhas que o crescimento vai colocando.

Defende, portanto, uma escola que não seja neutra...

Por mais que alguém queira, a escola e a educação não são neutras.